



BOLETIM INFORMATIVO

Janeiro de 2006

EDITORIAL

O V CONGRESSO DA CNA VAI MARCAR POSITIVAMENTE 2006

Para começar, quanto às condições climáticas, todos esperamos que este novo ano seja muito melhor que 2005, mas a verdade é que, no próprio Relatório de Balanço da Seca, divulgado a 17 deste mês de Janeiro, se afirma que podemos continuar em situações de seca, em virtude das alterações climáticas que estão a ocorrer no nosso Planeta.

Entretanto, é preciso garantir o escoamento da Produção Nacional, a melhores preços.

No plano interno, este ano de 2006 ficará marcado, com toda a certeza, pela preparação do novo PNDR, Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, a encaixar no “complicado” Quadro Comunitário de Apoio (a grosso modo) da União Europeia que terá início em 2007 e terminará em 2013. Desde já se reclama que o Governo Português aproveite melhor a “margem de manobra

nacional” de que dispõe para definir e aplicar *outras e diferentes* políticas em relação às prosseguidas até hoje.

Por outro lado, em final de Quadro Comunitário, teme-se que seja intenção do Governo manter fechados programas como o AGRO, o AGRIS e o RURIS por falta de orçamento para fazer face à participação nacional que estes programas exigem.

Ainda para 2006 se prevê – com forte apreensão – a aplicação de pelo menos algumas das más leis do “pacote florestal” e de outra má lei, no caso a Lei-Quadro da Água.

No plano Associativo, a CNA terá momento alto na realização do seu V CONGRESSO, onde se vai traçar as grandes linhas de orientação da Confederação, com vista à defesa da Agricultura Familiar, do Mundo Rural e da Soberania Alimentar de Portugal e dos Portugueses. E este evento, já previsto para o início de Dezembro, e a respectiva preparação vão marcar positivamente este ano de 2006.

Vamos ao trabalho, *Sempre com os Agricultores!*

O Executivo da Direcção Nacional da CNA



Sr. Agricultor faça as suas candidaturas às Ajudas INGA/IFADAP num dos postos receptores da CNA. (Para mais informações consulte os postos da CNA)

DESTAQUE

- Fileira Olivícola
- “Cortes” no RURIS estrangulam a Lavoura
- Um projecto de futuro e para o futuro

CADERNO TÉCNICO

- Grupos consultivos na U.E.
- Ajudas à Agricultura - Campanha 2006/07
- Medidas Agro-Ambientais- Campanha 2006/07

Dossier Técnico no âmbito da Medida 10 do Programa Agro

Fileira Olivícola

Por Lucinda Pinto

Foi, finalmente, dado um grande passo na organização da fileira olivícola!

Está para breve a formalização da escritura de constituição da Associação Interprofissional da Fileira Oleícola – AIFO, culminando assim um processo de entendimento entre os principais agentes da fileira, abrangendo os sectores da produção transformação e comercialização do azeite e azeitona de mesa. Constituem a AIFO



os sócios fundadores: CNA, AJAP, CAP, CONFAGRI e CASA DO AZEITE.

A AIFO tem como objectivo geral a dinamização da fileira olivícola através da promoção, fomento e o apoio ao sector do azeite e azeitona de mesa. É intenção da AIFO desenvolver acções que contribuam para melhorar o conhecimento e transparência do mercado, aumentar a confiança dos consumidores e a conquista de novos mercados, promover a inovação e o controlo da qualidade ao nível da produção, da transformação e do acondicionamento do produto final, fomentar a defesa do ambiente e a certificação do azeite e da azeitona de mesa e ainda promover o desenvolvimento tecnológico de toda a fileira olivícola.

A tarefa é difícil mas organizados, olivicultores, seus representantes e outros intervenientes na fileira do azeite, seremos mais fortes na defesa, fomento e reconhecimento da olivicultura nacional.

Dados do INE indicam um decréscimo no cultivo de cereais

As previsões do INE, Instituto Nacional de Estatística, de Dezembro de 2005, indicam um decréscimo no cultivo de cereais, comparativamente com o ano anterior. Mencionam, contudo, que esta redução não se deve às condições climatéricas, que até foram favoráveis, mas sim ao desligamento das ajudas à produção, do Regime de Pagamento Único.

Os dados do INE referem, ainda, que apesar dos olivais apresentarem um bom estado sanitário, a seca de 2005 afectou a sua produção. Prevê-se que, face ao ano anterior, hajam decréscimos de 30% para a azeitona de mesa e de 25% para a azeitona para azeite. Todavia, perspectiva-se uma campanha oleícola de qualidade.



“CORTES” NO RURIS (ENTRE OUTROS PROGRAMAS) ESTRANGULAM A LAVOURA*

Trata-se, pois, de mais um processo em que se agrava o estrangulamento financeiro da Lavoura e da maior parte dos Agricultores.

Neste contexto, e só em relação ao importante conjunto das Medidas Agro-ambientais (RURIS), o Ministério da Agricultura ainda não decidiu se aceita e paga, ou não, as candidaturas feitas pela primeira vez em 2005; mas já decidiu que não prorroga, por mais um ano, as candidaturas que terminaram a 15 de Outubro de 2005, e decidiu que, em 2006, não haverá novas candidaturas a essas Medidas Agro-ambientais.

Aliás, “cortes” idênticos estarão na calha, desta vez para as igualmente importantes IC’s, Indemnizações Compensatórias (RURIS).

Portanto, o MADRP e o Governo, depois de terem aprovado candidaturas, no âmbito do programa RURIS (Desenvolvimento Rural), co-financiado numa base de 75 % (e mais) pela União Europeia, programa em que estas medidas são essenciais, não podem vir agora recusar a sua homologação e, mesmo, o seu pagamento porque, dessa forma, estão a contribuir directamente para a falência de muitas explorações e da Agricultura Familiar Portuguesa.

Nunca é demais dizer-se que menos de 2000 grandes proprietários recebem mais de 250 milhões de Euros, por ano, só em Ajudas Directas, agora concentradas no RPU, Regime de Pagamento Único. E que esses mesmos grandes privilegiados pelo sistema vão acumular, a seguir, mais vários milhões provenientes do programa RURIS.

Ora, o Governo Português, se quiser, pode aplicar “cortes” direccionados a esse restrito

“clube” dos agricultores (muito) ricos, para poder redistribuir, pela Agricultura Familiar.

CNA reafirma que, se o MADRP e o Governo querem “poupar” nas Medidas Agro-ambientais, então que cortem naqueles apoios que foram atribuídos, como que por encomenda, aos grandes proprietários, designadamente para:

- “Sistemas Arvenses de Sequeiro”;
- “Sistemas Forrageiros Extensivos”;
- “Sementeira Directa e/ou Mobilização na Zona ou na Linha”;
- Algumas das “ajudas complementares” desta última tais como:- “conservação de restolho ; cultura de cobertura; manutenção de palha no solo”.

Os vários milhões assim “poupados” podem ser redistribuídos pela Agricultura Familiar.

A Direcção Nacional da CNA



Discussão Pública do Plano Sectorial da Rede Natura 2000

Encontra-se em Discussão Pública o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, entre 26 de Janeiro e 10 de Março de 2006.

O referido Plano encontra-se disponível na Internet no endereço www.icn.pt, nas sedes dos municípios inseridos na área de abrangência deste Plano e ainda, em algumas sedes das áreas protegidas.

Todas as observações e sugestões deverão ser remetidas em ficha própria para a sede do ICN, para as áreas protegidas, ou ainda, para o endereço electrónico psectorial@icn.pt.

Grécia Obrigada a Aceitar o Cultivo de OGM's

A Grécia foi intimada a permitir cultura de milho geneticamente modificado pela Comissão Europeia.

O Governo Grego tomou esta decisão em Abril de 2005, por acreditar que os produtos apresentam um perigo para a saúde pública.

Segundo a Comissão Europeia a Grécia não forneceu toda a informação necessária para justificar esta medida.



O Governo Aumenta Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos

O Governo aumentou em Janeiro mais três cêntimos o preço dos combustíveis, por via do aumento das taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos, o qual deverá ser acrescido, ainda este ano, com mais um aumento suplementar de 2,5 cêntimos, por litro.

Este aumento poderá significar um aumento de 8,1% de receitas para o Estado por esta via, ou seja, mais 3.285 milhões de euros.

O Governo mantém ainda a eco-taxa sobre os produtos petrolíferos e energéticos para este ano, que reverte para o Fundo Florestal Permanente. Um valor que deverá rondar os 30 milhões de euros.

Relatório de Balanço da Seca 2005

Foi divulgado no passado dia 17 de Janeiro o Relatório de Balanço da Seca 2005. No mesmo pode-se constatar que os prejuízos provocados pela seca atingiram os 286 milhões de euros.

Segundo os seus promotores este relatório visa "no essencial, aproveitando a experiência adquirida na gestão da crise da seca ocorrida este ano, conseguir uma avaliação sistematizada dos problemas detectados e, ainda, avançar com um conjunto de propostas de medidas de combate aos efeitos da seca".

Este Relatório pode ser consultado no site do INAG em www.inag.pt.

OGM's em Portugal

De acordo com o que foi divulgado pela Agência Lusa e com base num relatório do Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agro-Biotecnológicas, Portugal cultivou 750 hectares milho transgénico em 2005 de um total de 135.000 hectares cultivados no país.

Recorda-se que Portugal começou o cultivo de milho geneticamente modificado após o fim de uma moratória que impedia o seu cultivo na UE.

GRUPOS CONSULTIVOS NA UNIÃO EUROPEIA

Por Roberto Mileu

Desde 1962 que funciona, em Bruxelas, uma ESTRUTURA CONSULTIVA para as questões agrícolas, destinada a levar ao conhecimento da Comissão Europeia as opiniões e posições/propostas dos sectores sócio-económicos e dos consumidores sobre as questões inerentes às diversas OCM's (Organizações Comuns de Mercado).

O número de Peritos Agrícolas dessa estrutura foi variando (aumentando) em função dos sucessivos alargamentos da C.E.E. e da União Europeia.

Com o último alargamento, em Abril de 2004, a Comissão fez mais um "acerto" e, desde então, o total de Peritos Agrícolas eleva-se a 941, de todos os Estados-Membros e agrupados em 30 OCM's e outros Temas:

Política Agrícola Comum – Cereais – Oleaginosas e Proteaginosas – Forragens Secas – Amido – Sementes – Açúcar – Arroz – Culturas Energéticas e não Alimentares – Algodão – Linho e Cânhamo – Leite – Carne de Bovino – Carne de Ovino e Caprino – Carne de Suíno – Carne de Aves de Capoeira e Ovos – Apicultura – Frutas e Produtos Hortícolas – Flores e Plantas Ornamentais – Viticultura – Bebidas Espirituosas – Azeitonas e Produtos

Derivados – Tabaco – Lúpulo – Florestas e Cortiça – Qualidade da Produção Agrícola – Agricultura Biológica – Promoção de Produtos Agrícolas – Desenvolvimento Rural – Mulheres no Meio Rural – Agricultura e Ambiente.

Cada Grupo Consultivo tem representantes de:

- Produtores Agrícolas e das Cooperativas Agrícolas;
- Indústrias Agrícolas e Alimentares;
- Comércio dos Produtos Agrícolas e Alimentares;
- Trabalhadores dos Sectores Agrícolas e Alimentares, Consumidores e Ambientalistas.



O Presidente e dois Vice-Presidentes de cada Grupo Consultivo são eleitos, de entre todos os seus membros, por maioria de dois terços dos Peritos presentes ou, em votações seguintes, por maioria simples, para mandatos de dois anos, renováveis, sendo que o Presidente não pode assumir mais de dois mandatos consecutivos.

As reuniões dos Grupos Consultivos são convocadas pela Comissão Europeia ou a pedido do Grupo e nelas participam os Peritos designados pelas Organizações sócio-económicas e representantes da Comissão Europeia.

As deslocações e estadia dos Peritos são pagas pelo Orçamento Comunitário.

O número de Peritos varia de Grupo para Grupo, tendo o menor 13 membros (Apicultura), e o maior 61 (Política Agrícola Comum).

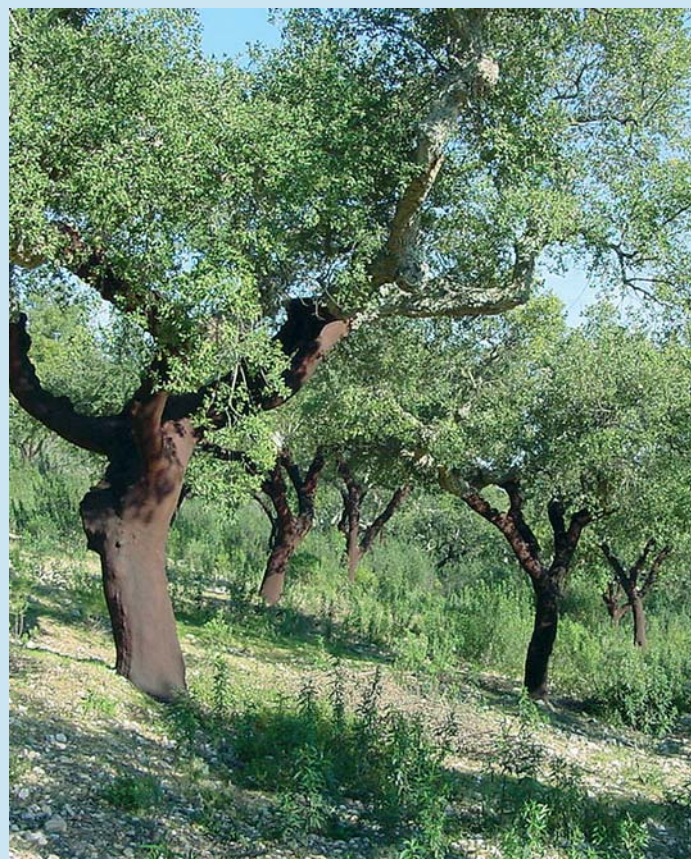
Os Peritos são propostos/indicados à Comissão Europeia pela “sociedade civil” e não têm nada a ver (nem a depender) com os Governos dos Estados-Membros de onde são oriundos.

No caso dos “Agricultores e Cooperativas Agrícolas” os Peritos são indicados/propostos pelas Organizações de Cúpula a nível europeu que, como se sabe, são:

- COGECA (Cooperativas Agrícolas);
- COPA (Organizações Profissionais Agrícolas);
- CPE (Coordenadora Agrícola Europeia);
- CEJA (Jovens Agricultores).

havendo, em Bruxelas, uma “parceria” COPA/COGECA.

As principais Organizações de Portugal estão filiadas em uma destas quatro – a CONFAGRI no COGECA, a CAP no COPA (as duas no COPA/COGECA), a CNA na CPE e a AJAP no CEJA.



Cada Organização europeia, internamente, decide quem, de que Estado-Membro e de que Organização é/são o/os Perito/s para cada Grupo Consultivo.

A CNA, filiada na CPE (Organização que a nível europeu representa a Agricultura Familiar) tem, naturalmente, Peritos Agrícolas em Grupos Consultivos da União Europeia.

Fica, finalmente, como exemplo, a repartição dos Peritos no maior Grupo Consultivo – Política Agrícola Comum:



AJUDAS À AGRICULTURA - Campanha 2006/07

Por Ângela Dias

Tendo em conta que a partir do Mês de Fevereiro se inicia o período de recepção das candidaturas. Entendemos, neste artigo apresentar de uma forma sucinta e sistemática as principais ajudas pagas pelo IFADAP/INGA a que o Agricultor se poderá candidatar.

A CNA tem distribuídas pelo país, através das suas Associadas e outras Entidades Colaborantes uma vasta rede de Postos dotados de capacidade técnica e administrativa para prestar os esclarecimentos necessários e receber as candidaturas dos Agricultores. Este serviço desenvolve-se no quadro da parceria existente entre o IFADAP/INGA e a CNA.

As Entidades Receptoras aprovadas pelo IFADAP/INGA constam da Listagem 1.

No contexto da Reforma da PAC e da conseqüente alteração do sistema de ajudas à produção e ao rendimento e a sua substituição por um Regime de Apoio à exploração dissociado da produção, novas regras foram introduzidas pelo que a sua divulgação junto dos Agricultores é fundamental.

As ajudas pagas pelo IFADAP/INGA aos Agricultores dividem-se, em termos de candidatura, em dois grandes grupos:

- 1 – Ajudas que envolvem declarações de Superfícies.
- 2 – Ajudas que envolvem declarações de Animais.

O primeiro grupo diz respeito à formalização do Pedido Único de Ajudas Superfícies - Modelo A, que inclui os seguintes regimes de Ajuda:

- Regime de Pagamento Único (1ª e 2ª vaga);
- Prémio Específico à Qualidade para o Trigo Duro;
- Prémio às Proteaginosas;
- Pagamento Específico para o Arroz;
- Ajuda às Culturas Energéticas;
- Pagamento por Superfície para os Frutos de Casca Rija;
- Ajuda às Sementes Certificadas;
- Ajuda no Sector dos Produtos Transformados à base de tomate;
- Ajuda no Sector dos Produtos Transformados à base de pêra e pêsego;
- Ajuda aos Produtores de Determinados Citrinos;
- Ajuda ao Cultivo de uvas destinadas à produção de determinadas uvas secas (passas);





- Forragens Secas;
- Declaração de Superfícies Forrageiras;
- Declarações da cultura de beterraba sacarina;
- Pastagens Permanentes;
- Medidas Agro-Ambientais (apenas é possível fazer confirmações de candidaturas activas);
- Indemnizações Compensatórias.

O segundo grupo diz respeito à formalização dos Pedidos de Ajudas Animais – Modelo N, que inclui:

- Prémio para a Manutenção de Vacas Aleitantes;
- Prémio ao abate;
- Prémio aos Ovinos e Caprinos;
- Reserva Nacional Ovinos e Caprinos;
- Prémio Complementar ao Prémio por Ovelha e Cabra;
- Declaração dos animais para efeitos de Indemnizações Compensatórias;
- Declaração dos animais existente na Unidade de Produção para efeitos de Medidas Agro- Ambientais;
- Prémio aos Produtos Lácteos e Pagamentos Complementares;
- Pagamentos Complementares - Bovinos e Ovinos/Caprinos.

Senhor Agricultor:

Para mais esclarecimentos deverá contactar a sua Entidade Receptora afim de ser esclarecido sobre os requisitos e normas associadas a todas estas ajudas.

Entidade Receptora		List
Código	Nome	
001	ALDA - Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro	
002	NEADIBE - Núcleo de Empresários Agrícolas do Dist	
003	ADADB - Associação dos Agricultores do Distrito de	
004	ADAB - Associação Distrital dos Agricultores de Braç	
005	ADACB - Associação Distrital dos Agricultores de Ca	
006	APOR - Associação Portuguesa dos Orizicultores	
007	FENCA - Federação Nacional das Cooperativas Agrí	
009	ADAG - Associação Distrital dos Agricultores da Gua	
010	FADL - Federação dos Agricultores do Distrito de Lei	
011	AADL - Associação dos Agricultores do Distrito de Li	
012	ANAP - Associação de Agricultores do Norte Alenteja	
013	APA - Associação dos Agricultores do Porto	
014	FADS - Federação dos Agricultores do Distrito de Sa	
015	AADS - Associação dos Agricultores do Distrito de S	
016	ARAAM - Associação Regional dos Agricultores do Al	
017	FAGRORURAL - Federação das Associações Agro-	
018	ARAVIS - Associação Regional de Agricultores de Vis	
019	AAV - Associação Agricultores de Valpaços	
020	ADRL - Associação Desenvolvimento Rural de Lafõe	
021	APROFLORA - Associação de Produtores Florestais	
022	FADEV - Federação dos Agricultores e Empresários	
024	Agro Tarouca e Lamego - Cooperativa Pecuária e Flo	
025	ADACO - Associação Distrital dos Agricultores de Co	
026	ACRM - Associação dos Criadores de Bovinos da Ra	
029	ADIBER - Associação de Desenvolvimento de Góis e	
030	Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvim	
032	APTTB - Associação de Produtores de Tabaco Tipo B	
033	AASNE - Associação de Agricultores da Serra e Nort	
036	ACM - Associação de Criadores do Maronês	
037	CANT - Cooperativa Agrícola Norte Transmontana	
039	AVAPI - Associação para a Valorização Agrícola em P	
045	APT - Associação dos Pastores Transmontanos	
047	ADRAC - Associação Desenvolvimento Rural Além C	
053	AFLOPINHAL - Associação Florestal do Pinhal	
054	CASTINÇAL - Associação Florestal e dos Compartes	
055	FLORDAGUA - Associação para a Produção e Prote	



Figura 1 - Entidades Receptoras Aprovadas

	DRA	Morada
	BL	Rua Luís Gomes de Carvalho, 20, 1º E, 3800-211 Aveiro
Distrito de Beja	ALE	Rua Abel Viana, 1, 7800 Beja
Braga	EDM	Rua José Afonso, 192 A, 4700-392 Braga
Bragança	TM	Praça do Mercado, Loja 5, 1.º Andar, 5370 Mirandela
Castelo Branco	BI	Rua dos Três Lagares, 52 - 1º Dto., 6230-421 Fundão
	BL	Rua do Brasil, 180, 3030-775 Coimbra
Colégios de Produção	ALE	Rua 5 de Outubro, 75, 7000 Évora
Guarda	BI	Centro Comercial São Francisco, Loja 17, 6300-754 Guarda
Leiria	BL	Rua dos Martires, 23, 2400-187 Leiria
Lisboa	RO	Rua 9 de Abril, 1 - 2º B, 2560-301 Torres Vedras
Porto	ALE	Rua 5 de Outubro, 75, 7000 Évora
	EDM	Avenida Vímara Peres, 46, 1º - Sala 9 e 10, 4000-544 Porto
Santarém	RO	Avenida Bernardo Santarém, 47 - 1º Dto., 2005-177 Santarém
Setúbal	RO	Avenida de Palmela, 14, 2965-316 Poceirão
Vila Real do Minho	EDM	Rua Manuel Fiúza Junior, 129, 4900-458 Viana do Castelo
Associação Florestais Transmontanas	TM	Rua Marechal Teixeira Rebelo, Praça dos Quinchosos - Loja T, 5000-525 Vila Real
Viseu	BL	Rua do Arco, 38 - 2º Esq., 3500-081 Viseu
	TM	Avenida 25 de Abril, 44, 5430-420 Valpaços
	BL	Edifício Conde Ferreira, 3670-247 Vouzela
Associação de Agricultores da Zona do Pinhal	BI	Largo da Junta de Freguesia, 3º, 6100-840 Troviscal
Associação de Agricultores do Distrito de Évora	ALE	Rua 5 de Outubro, 75, 7000 Évora
Associação Forestal	TM	Avenida Vice Almirante Adriano Saavedra, 3610-130 Tarouca
Coimbra	BL	Rua do Brasil, 180, 3030-775 Coimbra
Praça Marinhosa	BL	Quinta da Medela - Verdemilho, 3810-455 Aveiro
Associação da Beira Serra	BL	Bairro de São Paulo, 3330-304 Gois
Centro	BL	Rua Major N. de Abreu, 39, R/C, 3260 Figueiró dos Vinhos
Burley	BL	Rua Nossa Senhora do Desterro, 7, 3060 558 Sepins
Associação da Estremadura	RO	Casal da Charnequinha, Lote 1, 1º Dto., 2490-570 Ourém
	TM	Cooperativa Agrícola de Vila Real, Abambres - Mateus, 5000 Vila Real
	TM	Avenida General Ribeiro de Carvalho, Edifício da Estação, 5400 Chaves
Produção Integrada	RO	Avenida Joaquim Vieira Natividade, Edifício Mercoalcobaça, 2460-601 Alcobaça
	TM	Rua Padre Adolfo Magalhães, 2 - 1º Dto., 5400 Chaves
Corgo	TM	Instalações da Escola, EN - Bouça - Mouçós, 5000 Vila Real
	BL	Rua João Cunha Marques, 14 - Loja D, Apartado 74, 3200-151 Lousã
Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro	TM	Avenida Dr. Águedo de Oliveira, 6, R/C Esq., 5300 Bragança
Associação Integrada do Norte	TM	Praça do Mercado, Loja 9 - 1º Andar, 5370 Mirandela

MEDIDAS AGRO-AMBIENTAIS

Campanha 2006/07

Por Ângela Dias



O ano de 2006 é o último ano em que vigorará o III Quadro Comunitário de Apoio, do qual faz parte o Programa de Desenvolvimento Rural, abreviadamente designado por RURIS, aprovado para o período de 2000-2006.

Pela primeira vez, chegamos ao final de um Quadro Comunitário na completa incerteza financeira para o último ano, neste caso de 2006.

O MADRP, através da Portaria Nº 52/2006, estabeleceu que não haverá novas candidaturas em 2006.

Assim, para a campanha de 2006/2007:

**ANO DE 2006
NÃO HÁ NOVAS CANDIDATURAS
|
NOVOS COMPROMISSOS**

No que respeita às confirmações das candidaturas em curso, a respectiva formalização obedece aos seguintes requisitos:

NÃO PODE HAVER:

- ⇒ Transferências para outras medidas;
- ⇒ Transições para os planos zonais;
- ⇒ Aumento de área objecto de ajuda;
- ⇒ Aumento de efectivo pecuário.

Ou seja, não poderá haver alterações nas candidaturas que impliquem acréscimo de pagamentos.

Não é, a nosso ver, aceitável que o organismo competente ao fazer a programação financeira da intervenção, Medidas Agro-Ambientais para o período (2000-2006) não tenha efectuado uma projecção correcta das despesas financeiras envolvidas e que, para além disso, tenham sido introduzidas alterações nas medidas (alteração de valores, inclusão de novas culturas, novas medidas, novos planos zonais, etc.), a meio do percurso sem a consequente avaliação financeira.

As consequências desta tomada de posição estão à vista:

Para além do impacto negativo no rendimento dos agricultores e a consequente degradação das condições económicas das explorações agrícolas, corre-se o risco de se perderem os benefícios ambientais introduzidos pela aplicação das Medidas Agro-Ambientais, uma vez que, sem estes apoios uma grande parte dos agricultores vão, com certeza, optar pela agricultura convencional ou até abandonar as explorações agrícolas.



Situação das novas candidaturas em 2005

Se a situação já foi esclarecida para 2006, o mesmo não se passa com os beneficiários das novas candidaturas efectuadas em 2005, que para além das mesmas ainda não terem sido pagas, ainda não há decisão sobre se estas irão ou não ser aceites e, consequentemente, pagas.

Tendo sido o ano de 2005 tão problemático do ponto de vista agrícola (seca, incêndios, etc...), esta medida, a ser tomada, vem pôr em causa a manutenção da agricultura em geral com maiores implicações na agricultura familiar e no Mundo Rural.

Importa ainda salientar que, em 2005, houve muitos Agricultores que iniciaram novos compromissos e que foram implementados novos Planos Zonais. No que se refere aos Produtores Pecuários (Bovinos), que se candidataram à Reserva Nacional de direitos ao Prémio à vaca aleitante e que obtiveram direitos, compraram animais autóctones, candidataram-se à Medida 51 (Manutenção das Raças Autóctones) e que, neste momento, ainda não receberam a ajuda, nem têm a certeza da aceitação da sua candidatura.

Esta incerteza, também tem consequências ao nível do Plano de Acção das Associações Reconhecidas para prestarem assistência técnicas às explorações (Protecção/Produção Integrada, etc).





Informação do IFADAP/INGA

O IFADAP/INGA transmitiu que, no que se refere às novas **candidaturas de 2005**, podem-se desde logo diferenciar as seguintes situações:

1- “Aumentos de área superiores a 2 ha”

(implicam novo compromisso, ou seja inicia-se novo período de 5 anos)”.

Os Produtores nesta situação poderiam ter pagamento da área declarada em 2004, ou seja, não serão contabilizadas as áreas declaradas em 2005.

2- “Transferências entre medidas”

Para estas situações os Produtores mantêm a medida candidata em 2004, ou seja, não é aceite a transferência.

3- “Transições para os planos zonais”

Neste caso, os Produtores mantêm a medida candidata em 2004, ou seja não é aceite a transição.

Acresce ainda que estes Produtores cumpriram os respectivos compromissos da(s) medida(s) a que se candidataram no ano de 2005, no pressuposto óbvio de que lhes seriam pagas as ajudas a que tinham direito.

De salientar finalmente que, para além da necessidade de ser encontrada uma solução que não penalize as justas expectativas dos agricultores que assumiram compromissos no ano de 2005 (sobretudo em medidas que contribuem para o desenvolvimento da produção de qualidade no nosso País), seja colocada em prática a solução encontrada no II Quadro (de prorrogação, por mais um ano) para os beneficiários que iniciaram compromissos em 2001 e que terminaram em 2005.

Fontes de informação:

- Portaria nº 52/2006;
- Informações transmitidas pelo IFADAP/INGA na acção de formação de 4 de Janeiro de 2006.





CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

PLANO DE FORMAÇÃO - 1ª SEMESTRE 2006

Destinado a Dirigentes Associativos, Quadros Técnicos e Administrativos

ACÇÃO DE FORMAÇÃO	N.º Horas	Local de Realização	Período de Realização	Destinatários	Horário	Condições Necessárias
Protecção Integrada de Frutos Secos	48	Estremoz	6 a 21 de Março	Dirigentes/Técnicos	Laboral	Escolaridade Min. Obrig
Seminário "Avaliação da Formação Profissional"	10	Coimbra	11 a 12 de Março	Dirigentes/Técnicos	Misto	Escolaridade Min. Obrig
Distribuição e Com. De Prod. Fitofarmacêuticos	77	Viana do Castelo	6 a 28 de Março	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Coordenadores de Acções de Formação Profissional	105	Coimbra	3 a 28 de Abril	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Modo de Produção Biológico - Horticultura	70	Coimbra	12 a 28 de Abril	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Seminário "Novo Quadro Comunitário"	10	Porto	13 e 14 de Maio	Dirigentes/Técnicos	Misto	Escolaridade Min. Obrig
Bem Estar Animal	35	Viana do Castelo	4 a 10 de Maio	Técnicos	Pós-Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Redução da Lixiviação de agro-químicos para aquíferos	35	Coimbra	10 a 19 de Maio	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Produção Integrada de Frutos Secos	140	Coimbra	5 Abril a 26 Maio	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Produção Integrada de Actinídeas	140	Coimbra	11 Maio a 20 Junho	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Higiene e Segurança de Produtos Fitofarmacêuticos	35	Coimbra	12 a 20 de Junho	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Fauna Auxiliar	35	Coimbra	22 a 30 de Junho	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados

NOTA: As fichas de inscrição devem ser enviadas até 15 dias antes do início da acção, acompanhadas de *curriculum* e respectivos documentos justificativos.

INSCRIÇÕES:



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA
RUA DO BRASIL, 155 - 3030 - 175 COIMBRA



239 70 89 60



E-mail: form.profissional@cna.pt

Url: www.cna.pt



239 71 53 70



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas



NOTA: Este plano de formação encontra-se em fase de análise e aprovação por parte do MADRP (Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas).

Por Vanda Santos

“Biodiversidade”

Como é já sabido, a CNA é membro do grupo de trabalho “Biodiversidade” da Via Campesina, desde a última Assembleia (Junho 2003, Brasil).

Neste grupo de trabalho, a CNA representa a região Europa e, portanto, as organizações europeias membros da Via Campesina (CPE; COAG; SOC), tendo a responsabilidade de, com elas, dinamizar discussão e trabalho em torno do tema Biodiversidade, no espaço europeu.

O pontapé de saída para este trabalho foi dado com a participação num Seminário Internacional sobre “Sementes e Biodiversidade”, realizado em Poitiers (Novembro 05), que permitiu à CNA estabelecer contacto com algumas redes e organizações com dinâmica nesta área, tendo sido um momento de reflexão e discussão importante para dinâmicas futuras.

O próximo passo passará pela preparação da reunião do grupo de trabalho

“Biodiversidade” da Via Campesina, a primeira desde a última Assembleia, que decorrerá em Março, no Brasil (Curitiba).

Até Março caberá à CNA potenciar esta dinâmica a nível europeu, envolvendo as organizações na análise e discussão do tema e na preparação da participação da região Europa na reunião internacional da Via Campesina.



Fórum Social Português IIª edição: Almada, Outubro de 2006

2006 será o ano da IIª edição do Fórum Social Português (FSP).

Depois de Lisboa (Fórum Social Português, Junho 03) e de Évora (iniciativa temática “Resistências e Alternativas”, Maio 05), será Almada a cidade anfitriã do evento, que decorrerá nos dias 13, 14 e 15 de Outubro 06.

Os movimentos e organizações começaram já o trabalho de preparação do Fórum, tendo reunido em Plenário, no passado dia 17 de Dezembro, em Almada. A representar a CNA, esteve Vanda Santos.

De resto, o envolvimento de mais organizações é um dos principais objectivos traçados para esta IIª edição do FSP.

O próximo plenário de organizações ficou já agendado para o dia 18 de Fevereiro, no Porto.



Cabeça do Desfile na Avenida da Liberdade ads Organizações Sociais que estiveram no Fórum Social Português, em Junho de 2003.

UM PROJECTO DE FUTURO E PARA O FUTURO

Por Berta Santos (Presidente da MARP)

A MARP – Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas, é uma associação privada, sem fins lucrativos. Constituída a 25 de Janeiro de 2000, nasceu da necessidade de intervenção na defesa dos problemas específicos das mulheres agricultoras e rurais, na perspectiva da Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens no Mundo Rural.

A MARP, sendo uma Associação de âmbito nacional, tem desenvolvido a sua actividade, com base nos vários núcleos existentes no País, conjuntamente com as demais Associações Regionais da CNA, participando activamente nas várias iniciativas de carácter reivindicativo que esta tem promovido. É neste quadro de pendor de defesa e promoção do Mundo Rural, que a MARP implementou com êxito o Projecto “Mulheres – Vida e Pão” (Pequena Subvenção às ONG’s, CIDM), sobre Igualdade de Oportunidades, Empreendedorismo, Partilha de Poder e Cidadania cujo objectivo foi a sensibilização e informação das mulheres e homens das freguesias rurais do Distrito do Porto e da Região Transmontana; vem promovendo acções de Formação Profissional; candidatou-se aos programas – INTERREG e EQUAL, em parceria com Entidades Associativas nacionais e comunitárias e organizou com assinalado êxito a ida de um autocarro de Mulheres e Homens ao Parlamento Europeu, onde se encontraram com Eurodeputados Portugueses do Grupo GUE/NGL e reuniram com representantes da Via Campesina.

NUM ESTADO DE DIREITO, NÃO PODE HAVER, UM PESO E DUAS MEDIDAS

Hoje, perante a actividade multifacetada que a MARP tem desenvolvido, na promoção e



defesa da igualdade e cidadania no espaço rural português, num Mundo Rural em profundas mutações de consequências imprevisíveis, levou a que a MARP tenha apresentado um projecto com vista à sua Representação Permanente em Bruxelas, ao abrigo do Despacho Normativo 10/96, que permitiria um maior conhecimento e acompanhamento destas problemáticas e uma maior consistência na defesa das especificidades e valores comuns aos espaços rurais, cujo rolo compressor, ditado pelas PAC's e OMC, têm vindo inexoravelmente a destruir.

Apesar da importância e dos objectivos que tal projecto norteava, pasme-se, este não foi aprovado, com o argumento da onnipresença - restrição orçamental. Tudo isto, seria compreensível se ao mesmo tempo que se evocou tais argumentos, não fosse aprovado uma candidatura de uma Associação Congénere – AMAP, no valor de 50 mil euros para objectivos similares. Para além da reclamação e protesto já enviado às várias entidades oficiais. É caso para questionar, mesmo entre Associações congéneres, onde está o princípio da igualdade de tratamento.

NACIONAIS

Dia 6

Reunião do CES – Conselho Económico e Social - sobre Serviços de interesse económico geral.
Roberto Mileu representou a CNA.

Dia 12

Participação num debate sobre a “Seca”, promovido pelos Eurodeputados Portugueses, no Cineteatro Municipal de Serpa.
Roberto Mileu representou a CNA.

Dia 13

Debate sobre “Fogos Florestais”, promovido pelos Eurodeputados Portugueses, na Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra.
Isménio de Oliveira participou pela CNA.

Dia 17 de Janeiro

Reunião no Ministério do Ambiente onde foi feito o balanço da Seca 2005.
A representar a CNA esteve Roberto Mileu

Dia 24

Audiência, a pedido da CNA, com Secretário de Estado da Administração Interna. Entre outros, um ponto focado foi a reestruturação da Protecção Civil com incidência na Floresta e Incêndios Florestais.
Em representação da CNA estiveram Armando Carvalho, Manuel Rodrigues.

Dia 25

Reunião no Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA), com

Presidente do COI (Conselho Oleícola Internacional).
Pela CNA, Roberto Mileu.

Dia 27

A ARAAM, Associação Regional dos Agricultores do Alto Minho, reuniu com o Governador Civil para falarem no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) que está a ser elaborado.



Dia 27

Reunião no INGA sobre o novo Protocolo dos Agricultores às “Ajudas INGA” (actual RPU).
Alfredo Campos e Lucinda Pinto representaram a CNA.

Dia 31

Audiência com a Sub-Comissão dos Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional. A ordem de trabalhos foi: “Dívidas do Estado à Lavoura e à CNA; Seca e Incêndios Florestais – medidas e apoios oficiais- ; Orçamento 2006 (sector-agro-florestal); FEADER – 2007-2013; aspectos do relacionamento institucional entre o Governo e a CNA”.
Em representação da CNA estiveram Joaquim Casimiro, João Vieira e João Dinis.

FICHA TÉCNICA

Editor: Confederação Nacional da Agricultura – CNA • Morada: Rua do Brasil, 155 – 3030-175 COIMBRA • Telefone: 00351 239 70 89 60
Fax: 00351 239 71 53 70 • E-mail: cna@cna.pt • URL: www.cna.pt • Director: Joaquim Casimiro • Director-Adjunto: João Dinis • Coordenador dos Serviços Agro-Rurais: Roberto Mileu • Coordenador Executivo: José Miguel • Recolha e Organização de Textos: Sílvia Ferreira Borges • Fotos: Arquivo da CNA • Redactores do Caderno Técnico: Roberto Mileu e Ângela Dias • Colaboradores neste número: Berta Santos, Lucinda Pinto, Vanda Santos e Cristina Branco • Periodicidade: Bimestral • Tiragem: 10 000 exemplares • Depósito legal: 180302/02 • Composição, Fitolitos e Impressão: AT-Loja Gráfica